



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

09 de junho 2014

www.sed.sc.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 04/06/2014
Assunto: Parlamentares promovem café da manhã com o ministro da Educação		Página: Online

A presidente do Consed, Maria Nilene Badeca, esteve presente ao evento e destacou a importância para o Conselho da “permanente interlocução com os parlamentares que debatem os rumos da educação no Brasil”.



A Frente Parlamentar Mista da Educação promoveu, na manhã desta quarta-feira (04/06), um café da manhã com o ministro da Educação, Henrique Paim, os membros do colegiado, especialistas na área e educadores. O encontro ocorreu no restaurante do Senac, no 10º andar do anexo 4 da Câmara dos Deputados e contou a presença de diversas representações do segmento educacional.

A presidente do Consed, Maria Nilene Badeca, esteve presente ao evento destacando a importância para o Conselho da “permanente interlocução com os parlamentares que debatem os rumos da educação no Brasil”. Para a secretária de Educação do Mato Grosso do Sul é prioridade, após a aprovação do PNE, a manutenção do diálogo entre MEC e secretarias municipais e estaduais de educação para a efetivação das metas do plano. “Precisamos buscar novos recursos que serão necessários para os investimentos que contribuirão para atingirmos todas as metas, especialmente, no que tange ao quadro de professores bem qualificados e valorizados, além de currículos relevantes e inclusivos”, pontuou.

O coordenador da Frente Parlamentar, o deputado Alex Caziane, ressaltou o trabalho do Congresso Nacional na aprovação do PNE – Plano Nacional de Educação. Caziane também fez um balanço dos trabalhos da Câmara ligados à temática da educação e apontou algumas missões futuras, dentre elas, o aprofundamento do debate relacionado à base nacional comum para a Educação Básica brasileira.

O ministro da Educação, Henrique Paim, falou sobre a mudança do imaginário dos brasileiros, “existe um novo fenômeno entre os jovens e as famílias, que têm buscado vincular cada vez mais o futuro” aos aspectos ligados à educação. Para o ministro temos um histórico a ser combatido, sendo que, afirmou ele, a “raiz das desigualdades educacionais começa na educação básica” convocando em seguida todos os “agentes públicos” e a “sociedade para o enfrentamento deste grande gargalo”. Ao final, o ministro citou a parceria com a professora Maria Nilene, ressaltando a fundamental articulação entre o Ministério da Educação, Consed e secretarias estaduais de educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na ocasião, foi distribuída a coletânea de DVDs com as palestras realizadas em 2013 para o ciclo Educação em Debates, da Frente da Educação. Também participaram do ato o secretário executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa; a secretária executiva do Consed, Nilce Rosa da Costa; a secretária de Educação Básica do MEC, Beatriz Luci; o presidente do Inep, Chico Soares; entre outras representações.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 06/06/2014
Assunto: Currículo para a democratização do conhecimento é discutido em reunião no CNE		Página: Online



A Câmara de Educação Básica - CEB, do Conselho Nacional de Educação - CNE, realizou na manhã desta quarta-feira (4), mesa ampliada para discutir sobre o tema "Um currículo para a democratização do conhecimento", na sede do CNE, em Brasília. A mesa foi convocada com o objetivo de aprofundar temas discutidos no Seminário Internacional Educação Básica: Conhecimento e Currículo, realizado em julho de 2013.

A mesa teve como palestrante a professora Petrolina Beatriz Gonçalves e Silva, que tratou do encaminhamento e da implementação das ideias desenvolvidas na prática da escola e das expectativas de resultados, consideradas as desigualdades e diversidades. Ao falar sobre o assunto, Petrolina afirmou que ao considerar as diversidades dentro de sala de aula "precisamos entender que não existe ninguém igual a ninguém". Petrolina aponta que "as pessoas têm tempo e ritmos diferentes e isso deve ser levado em conta na hora de transmitir conhecimento" completou. A secretária de Educação de Mato Grosso, Rosa Neide Almeida, representou o Consed como convidada. A secretária disse que, em nome da presidente do Consed, Maria Nilene Badeca da Costa, o espaço de reuniões ordinárias do Consed está aberto ao CNE para que se faça a discussão sobre a democratização do conhecimento pelo currículo. Ela ressaltou que o Consed precisa participar da construção da normatização da Educação Brasileira, com vistas a assegurar o compromisso número cinco, do CNE.

O Presidente da Câmara de Educação Básica, Raimundo Moacir Mendes Feitosa, sugeriu que se faça uma reunião dos conselheiros do CNE com a presidência do Consed para discutir uma possível pauta conjunta para a próxima reunião do Consed, que será realizada em agosto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 09/06/2014
Assunto: Projetos que punem gestor por educação empacam		Página: Online

Debate no Congresso sobre sanções por metas já está aberto há seis anos

Para pesquisadora, é preciso cautela para definir critérios que avaliem se objetivos estão sendo atingidos

A aprovação do Plano Nacional de Educação na última terça-feira (3) reacendeu o debate sobre a punição de gestores que não atingirem as metas definidas.

O plano aumentou o investimento público em educação para 10% do PIB (Produto Interno Bruto) e estabeleceu objetivos para o setor, mas não previu sanção a quem não cumpri-los. O debate sobre o tema se arrasta há seis anos.

Ao menos nove projetos sugerem punição a quem não garantir uma educação de qualidade aos alunos da rede pública --do bloqueio de recursos da União ao enquadramento do gestor na lei de improbidade administrativa.

"Às vezes sobra para o gestor o que não é diretamente responsabilidade dele", argumenta Rosa Neide Sandes, secretária em Mato Grosso e representante do Consed (conselho que reúne secretários estaduais de Educação).

Ela afirma que já há mecanismos para punir gestores que não destinam o mínimo exigido para o setor.

Segundo a Constituição, a União deve aplicar ao ano ao menos 18% de sua receita com impostos em educação --para Estados e municípios, são 25%. Quem não atinge o patamar fica impedido de firmar convênios com órgão federais.

O próprio governo federal, porém, reconheceu que sanções administrativas não bastam e, em 2010, encaminhou projeto de lei criando nova categoria na lei de ação civil pública para responsabilizar prefeitos, governadores e a União.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Faltam mecanismos efetivos e eficientes para garantia de que tais compromissos serão levados a cabo", diz texto junto à proposta.

O debate se estende a parâmetros para punir gestores.

"Estamos preocupados se [as metas] vão ser cumpridas, mas tem que ter cuidado com o que vai ser definido como critério", pondera Paula Louzano, pesquisadora da USP.

Ela se mostra reticente com o uso de resultados de avaliações nacionais, como a que compõe o Ideb --indicador de qualidade da educação.

"Qualquer resultado [de prova] que você utilize vai ter uma forte relação com a questão socioeconômica", afirma.

Para ela, uma opção mais adequada seria a definição de padrões mínimos de qualidade, como número de alunos por turma e infraestrutura das escolas.